

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	10
SOBRE O AUTOR.....	11
OBRAS DO AUTOR.....	13
PREFÁCIO .....	23
APRESENTAÇÃO .....	25
INTRODUÇÃO .....	31
1 TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO: O CAMINHO ATÉ O ESTADO SOCIAL .....	35
2 A CONSTITUIÇÃO COMO PROGRAMA PARA A BOA ADMINISTRAÇÃO .....	61
2.1 CONSTITUIR UMA SOCIEDADE LIVRE, JUSTA E SOLIDÁRIA .....	63
2.2 GARANTIR O DESENVOLVIMENTO NACIONAL.....	75
2.3 ERRADICAR A POBREZA .....	79
2.4 PROMOVER O BEM DE TODOS .....	80
3 BOA ADMINISTRAÇÃO NO DIREITO EUROPEU .....	85
3.1 A ADMINISTRAÇÃO COMO CUIDADO PELO ALHEIO.....	85
3.2 A INSTITUIÇÃO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA (OMBUDSMAN).....	89
3.2.1 Provedor de Justiça .....	89
3.2.1.1 Notas introdutórias.....	89
3.2.1.2 Origens .....	91
3.2.1.3 Regimes jurídicos dos provedores de justiça .....	92
3.2.2 Provedor de Justiça Europeu.....	94
3.2.2.1 A cidadania europeia e sua evolução .....	94
3.2.2.2 Regime jurídico.....	96
3.3 Direito fundamental à boa administração na União Europeia .....	99

3.3.1 Uma Carta vinculante.....	99
3.3.2 Significado do direito fundamental à boa administração.....	103
3.3.3 Titulares do direito à boa administração .....	108
3.3.4 A imparcialidade administrativa .....	109
3.3.5 A igualdade dos administrados .....	113
3.3.6 A duração razoável do processo administrativo .....	117
3.3.7 Direito de transparência .....	119
3.3.8 Direito de acesso .....	122
3.3.9 Direito de defesa .....	122
3.3.10 Dever de motivação das decisões.....	124
3.3.11 Dever de cuidado .....	126
4 DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA .....	129
4.1 A BOA ADMINISTRAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS.....	129
4.2 DIREITO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE.....	131
4.2.1 O princípio da eficiência .....	131
4.2.2 O princípio da economicidade .....	134
4.3 DIREITO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CÉLERE.....	140
4.3.1 Duração razoável do processo administrativo .....	140
4.3.2 Silêncio administrativo .....	142
4.3.3 O planejamento como instrumento de celeridade .....	144
4.3.4 A racionalização dos processos.....	148
4.4 DIREITO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICAZ.....	150
4.5 DIREITO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL.....	154
4.5.1 O bom administrador é comprometido com a sustentabilidade.....	154
4.5.2 O poder de compra estatal como instrumento para fomentar a sustentabilidade.....	157
4.6 DIREITO À MOTIVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....	160
4.6.1 Democracia e boa administração pública.....	160
4.6.2 O motivo do ato administrativo .....	165

4.6.3 O princípio da motivação.....	166
4.6.4 A motivação dos atos administrativos e a boa administração..	170
4.6.5 A Lei 13.655/2018 (nova LINDB) e a motivação dos atos administrativos.....	171
4.7 PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.....	175
4.8 DIREITO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TRANSPARENTE.....	179
4.9 DIREITO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA IMPESSOAL.....	183
4.10 DIREITO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA.....	190
4.11 DIREITO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MORAL.....	200
5 CONTROLE EXTERNO E BOA ADMINISTRAÇÃO.....	211
5.1 FORMAS DE CONTROLE EXTERNO SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	211
5.2 A FUNÇÃO DO CONTROLE EXTERNO SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	214
5.3 AS DISFUNÇÕES DO CONTROLE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	218
CONCLUSÃO.....	227
REFERÊNCIAS.....	231